



O Jornal diário dos  
Ancepianos  
13 de dezembro - 12 horas

## ESTUDOS SOBRE A ADAPTAÇÃO AO PADRÃO INTERNACIONAL DEVERÃO SER CONCLUÍDOS EM 2019



Ao longo dos últimos anos as empresas brasileiras muito têm avançado na adaptação de suas normas contábeis e demonstrações financeiras aos padrões vigentes no Mundo. A adoção de tais padrões globais é visto como algo indispensável considerando a existência de um intenso fluxo internacional de capitais destinados a investimentos e, por conta disso, a exigência que tais investidores fazem de que as companhias através do globo, receptoras de tais recursos, sigam regras mais ou menos lineares. O que se quer é evitar surpresas, do tipo o que é de um jeito em um país acabe sendo de outro num segundo. Mesmo com menor evidência, a situação se repete nos fundos de pensão, onde esse regramento depende também do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O que mais uma vez explica isso é a globalização não apenas dos fluxos financeiros, mas também da presença das empresas nos mais diferentes países. Tanto os investidores, quanto os acionistas regulares das companhias globais, não querem gastar tempo e esforços e, muito menos dinheiro, com más interpretações das regras seguidas num país mas não em outro. E os passivos previdenciários carregados nos balanços podem ser ou não fontes de dor de cabeça.

Daí a razão de a adaptação dos fundos de pensão às regras globais de contabilização e demonstração dos resultados das empresas estar na pauta do Colégio de Coordenadores das Comissões Técnicas de Contabilidade da Abrapp, integradas também por profissionais indicados pela Ancep.

O assunto constou da pauta da reunião do Colégio na semana passada, informou o seu secretário-executivo, Geraldo de Assis Souza Júnior, segundo quem a expectativa é de que as comissões técnicas regionais de contabilidade concluam os estudos nesse sentido em 2019.

A ideia é que as CTRs apontem o que deve ser padronizado conforme as regras internacionais e sugerir como isso deverá ser feito.

### Ancep promoverá eventos nos dias 17 e 20

Vai acontecer em São Paulo, em 20/12 - a segunda apresentação de um seminário que irá reunir o melhor dos seminários **EDF-REINF: Instrução Normativa RFB 1767/2017** e **eSocial-Melhores Práticas Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais**. A primeira aconteceu ontem (10), em Brasília.

Separadamente, o seminário **eSocial-Melhores Práticas Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais** está sendo apresentado hoje em RECIFE e 17/12 em FLORIANÓPOLIS – SC.

O novo evento do dia 20 em São Paulo, vem cercado da confiança que as programações de treinamento da ANCEP inspiram, exatamente por tratar-se de uma Associação de contabilistas de entidades de previdência que atua com a marca da especialização. Os seminários que realiza reúne vários dos maiores especialistas na matéria, todos muito conscientes de que os profissionais buscam uma cada vez maior qualificação.

Confiança que não se alimenta só da qualidade dos quadros profissionais mobilizados pela ANCEP, lembra o Presidente Roque Muniz, mas também da oportunidade dos temas abordados. Afinal, essa está sendo a melhor hora para o esclarecimento das dúvidas que ainda perduram sobre a temática que envolve o EDF-Reinf e a Instrução Normativa 1767 da Receita.

O coração do programa está nas orientações que são fornecidas sobre o mais recente módulo do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) denominado de Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdênciária Substituída (EFD-Reinf): Legislação; Vigência; Novo cronograma de Implantação oficial instituído pela Instrução Normativa RFB nº 1767/2017; Retenção de INSS nos Serviços Tomados/Prestados mediante cessão de mão de obra e empreitada.; Retenções na Fonte Pagadora (IR-CSLL-COFINS-PIS/PASEP) incidentes sobre os pagamentos diversos efetuados e pessoas físicas e jurídicas.; Eventos de Fechamento e Reabertura da EFD-Reinf e Efeito na DCTF - WEB.

Quanto ao e-social, o evento chega no momento em que os ancepianos mais precisam ser melhor orientados. Os contadores estão recebendo toda a orientação de que precisam em relação ao assunto, em especial objetivos e conceitos envolvidos, legislação, tabelas obrigatórias, prazo de envio, reflexos e benefícios, geração de informações e tudo mais que for necessário saber a respeito. No comando está um dos maiores especialistas, Edgar da Silva Grassi, Diretor de Administração e Segurança da CBS Previdência e conselheiro da ANCEP.

Para se inscrever busque [www.ancep.org.br](http://www.ancep.org.br)

## AscPrev: Nove anos trabalhando pelas entidades catarinenses

A Associação Catarinense das Entidades de Previdência Complementar (ASCPrev) completa nove anos no dia 4 de dezembro. Destacada pelas suas ações e união em prol de melhorias para as entidades associadas, recebeu premiações pelo seu Programa de Educação Financeira e Previdenciária e é reconhecida nacionalmente.

A Associação iniciou 2018 com uma nova diretoria, composta pelo diretor presidente, Ezequias Candido de Paula, e os diretores executivos, Karen Tressino e Levi Nagano. Na oportunidade, o diretor presidente reforçou que as comissões são a base da ASCPrev e que o padrão de qualidade de suas ações é uma das marcas da Associação.

No decorrer do ano, além das comissões técnicas existentes, das áreas de Segurança, Educação Continuada, Investimentos e do Programa A Escolha Certa, foi criada também a Atuária, que tem como objetivo para promover o intercâmbio de experiências, disseminar conhecimento e discutir assuntos relacionados ao segmento para promover melhorias nas Entidades.

Ainda em 2018, a Comissão de Educação Continuada, formada por profissionais das Entidades que integram a ASCPrev, promoveu cinco cursos com os temas Governança nas EFPCs, Treinamento Excelência em Serviços e Atendimento nas Entidades de Previdência Complementar, Resolução CMN nº 4661 e os impactos na Governança dos Investimentos, Contencioso Judicial aplicado às EFPCs e Workshop de Planejamento Profissional e Pessoal.

Para o próximo ano, a associação planeja continuar as suas ações junto às comissões que possui, promover e integrar as entidades, visando o crescimento do sistema. Além de representar e defender os interesses das associadas junto aos órgãos no âmbito estadual e federal.

Entidades de Previdência Complementar que integram a ASCPrev: BRF Previdência, CASANPREV, CELOS, DATUSPREV, ELOS, FUMPRESC, Fusesc, OABPrev-SC, PrevUnisul, PREVIG, PREVISC, Quanta Previdência, SCPrev e Sul Previdência. 04/dezembro/2018.

## Tchê Previdência completa 6 anos de vida

Fundada em 2012, a Tchê Previdência completa 6 anos de existência nesta quarta, 12 de dezembro. A comemoração acontecerá no próximo dia 18 de dezembro, quando será realizada assembleia da associação que reúne 10 entidades fechadas do Rio Grande do Sul. "O ponto central de nossa atuação tem sido o fortalecimento do associativismo, procurando promover a aproximação entre as entidades para vencer os desafios para a preservação e crescimento da Previdência Complementar Fechada", diz Edison Massulo Lisboa, Presidente da Tchê Previdência.

O dirigente ressalta a atuação conjunta entre as entidades fechadas gaúchas, a Abrapp e demais stakeholders, para superar as dificuldades enfrentadas pelo setor, especialmente em momentos de transição política pelo qual atravessa o país. Neste sentido, o Presidente da Tchê cita como exemplo o convênio firmado com a UniAbrapp para a realização de treinamentos em conjunto entre as entidades do Rio Grande do Sul e a Universidade. "Procuramos criar as condições e ferramentas para aperfeiçoar a gestão das entidades, com o objetivo aperfeiçoar a governança e retomar o crescimento do sistema", diz Edison.

Além do Presidente, completam a direção da associação, os Diretores Alexandre Cure e César Ferreira. Como eventos de destaque deste ano, a Tchê organizou o IX Encontro da Previdência Complementar da Região Sul, em maio, em Porto Alegre, além do II Encontro Tchê Previdência com representantes da Abrapp, no último dia 28 de novembro ([leia mais](#)). "Procuramos atuar no fortalecimento do segmento, sempre em sintonia com Abrapp, no desenvolvimento de nossas competências e atividades de formação", diz Alexandre Cure. A Tchê contou com a adesão de duas novas associadas em 2018: a RSPrev e a Tramontinaprev.

## Regras mais rígidas para os fundos de pensão de estatais

O governo promoveu uma série de alterações nas regras relativas aos planos de previdência complementar das empresas estatais, que hoje têm R\$ 55 bilhões de déficit em diversos planos em processo de "equacionamento" por meio de aportes de funcionários e empresas. O governo quer reduzir risco de as empresas gastarem mais com seus planos de Previdência, registra o **VALOR ECONÔMICO**.

A principal mudança é a que estabelece que novos planos de aposentadoria de funcionários de empresas públicas terão que obrigatoriamente ser de contribuição definida e impede, inclusive, a opção pela contribuição variável.

A resolução 25 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração das Participações Societárias da União (CGPAR) também determina o prazo de um ano para o fechamento a novas adesões dos planos de benefício definido que ainda estão permitindo a entrada de novos participantes. Atualmente são sete planos nessas condições, dois deles do Banco do Brasil, herdados de instituições que foram adquiridas no passado, e outro do BNDES. Outra decisão tomada pela CGPAR estabelece que as empresas estatais não poderão ultrapassar o índice de 8,5% da folha de pagamentos para o custeio dos planos de contribuição definida. Isso não necessariamente impedirá que a patrocinadora

coloque percentuais superiores a esse em caso de aportes maiores dos funcionários em seus planos. Isso porque há trabalhadores que optam por contribuir com menos de 8,5% do seu salário e demandam valores menores das empresas.

O novo normativo também define que os reajustes nos planos de benefício definido terão que fazer a desvinculação das aposentadorias em relação aos salários dos funcionários ativos. A ideia é reajustar de acordo com o índice de referência utilizado pelo plano. No mesmo sentido, a CGPAR definiu que a complementação salarial nos casos desses planos será feita considerando um "teto hipotético" do INSS, que será calculado a partir do teto atual e será corrigido anualmente. Isso elimina um risco de desequilíbrio dos planos, caso em algum momento esse teto seja reduzido, ensejando maior aporte das empresas para garantir o benefício previamente estabelecido.

## Abertas: Brasilprev aposta que previdência privada voltará a crescer em 2019

Após o freio da previdência privada em 2018, o setor pode voltar a ganhar dinamismo em 2019, segundo o presidente da Brasilprev, Marco Barros, também vice-presidente da Federação Nacional de Previdência Privada (Fenaprevi). Segundo ele, que tem como cenário-base a aprovação da reforma da Previdência em algum nível, a discussão sobre as mudanças do sistema público deve estimular o brasileiro a buscar alternativas na previdência complementar, noticiam os jornais **DCI** e **VALOR ECONÔMICO**.

Para Barros, o aumento da longevidade é outro tema que o setor busca colocar na ordem do dia, já que a expectativa é que em 2060, a cada quatro brasileiros um terá mais de 65 anos, ante uma razão de 13 para um atualmente.